

Público

02-04-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 2134 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 26/27

# Grandes firmas de advogados admitem "quadro crítico" da crise

Nos corredores da advocacia de negócios, os clientes procuram os departamentos de direito fiscal, laboral, de insolvências e de reestruturações em plena crise. Mas contratações foram suspensas

**Justiça**  
Cristina Ferreira

A advocacia de negócios é uma profissão à prova de recessão. O que na prática é o mesmo que dizer que, seja qual for o ciclo económico, ganha sempre, pode e ganhar menos. Aconteceu em 2010, com a crise da dívida pública, em que os clientes aflitos substituíram os mais lucrativos. Os acontecimentos recentes estão a levar este ecossistema, com características próprias, a recuar dez anos. E as expectativas não são melhores. Até podem ser piores, porque não há experiência de uma paragem total da economia. Para já, e enquanto o dinheiro circular, o mundo das grandes firmas vai continuar a girar.

Em entrevista à TVI, o primeiro-ministro, António Costa, veio classificar de *tsunami* a pandemia da covid-19, que chegou sem estar planeada, sem aviso prévio, com efeito disruptivo nas economias e nas sociedades em geral. Para perceber o que está a acontecer (e quais as expectativas) no meio da advocacia especializada na assessoria às grandes operações e no apoio a clientes envolvidos em processos contra-ordenacionais e penais – e por onde passam anualmente transacções de centenas de milhões de euros –, o PÚBLICO consultou responsáveis de pequenos, médios e grandes escritórios.

Para João Vieira de Almeida, da VdA (que conta com 300 advogados), o sector está "mais dependente da actividade do que da saúde da economia" e as firmas especializadas nas grandes operações "podem conviver com crises e recessões". No entanto, este responsável evidencia que desta vez pode ser diferente: ocorreu "uma paragem" e "uma crise que irá ter um impacto significativo no sector". "Nunca houve uma situação semelhante."

O advogado da VdA remete para "o fim do segundo trimestre" o momen-

to em que se "perceberá qual é a extensão da crise, quais as áreas que irão crescer e como reagir a novos padrões de procura dos serviços [da advocacia de negócios]". "Neste momento está tudo em suspenso."

Por seu turno, o sócio principal da SLCM – Serra Lopes, Cortes Martins & Associados (com 40 advogados), Luís Cortes Martins, também observou que "não há experiência de uma situação desta gravidade". "Nenhuma economia esteve totalmente parada durante um mês e com a perspectiva de se prolongar por mais tempo, [o que] traz muitas incógnitas quanto ao futuro." E uma delas é "perceber qual é a resiliência da economia, a manutenção de postos de trabalho e a capacidade de resposta das empresas na fase de retoma".

O mesmo responsável da SLCM recordou que as "paragens parciais ou sectoriais, as greves muito prolongadas e impactantes, como a dos estivadores" provocaram graves problemas e foram episódios isolados. "O actual quadro é muito mais crítico."

"Ainda é cedo para avaliarmos toda a extensão do impacto desta pandemia na actividade e nos nossos resultados, que certamente existirá", considera, por sua vez, Duarte de Athayde, da Abreu & Associados. "Temos estado a prestar esclarecimento de dúvidas a problemas levantadas pela covid-19 e pela actividade legislativa [que resulta do estado de emergência anunciado pelo Governo]", adiantou.

## Clientes suspendem decisões

Ao contrário de crises anteriores, que levaram algumas economias a desacelerar fortemente, desta vez Portugal congelou. Não por falta de dinheiro (em 2019, Portugal registou o primeiro excedente da história da democracia), mas por medo de contágio: não há procura, nem oferta. E, tal como o resto do mundo, não tem *timing* previsto para regressar ao quadro anterior à pandemia por covid-19.



**Nas decisões à espera de retoma incluem-se as transacções financeiras, imobiliárias, fusões e aquisições e o contencioso, pois os tribunais "fecharam"**

O ministro das Finanças, Mário Centeno, avisou que, apesar de Portugal estar mais bem preparado do que em épocas anteriores, vai voltar à recessão e ao défice. O Banco de Portugal (BdP) estima, para este ano, na melhor das hipóteses, uma queda do PIB de 3,7%, que no quadro mais adverso será de 5,7%. O supervisor avançou com outro cálculo: no final do ano a taxa de desemprego ficará acima dos 10%.

Este cenário negativo é consistente com as mensagens que os clientes destas sociedades de advocacia, por onde passam os grandes negócios, lhes estão a fazer chegar, pois as decisões que não consideram prioritárias estão a ser canceladas ou a suspensas, à espera da retoma. Neste pacote incluem-se as transacções financeiras, as imobiliárias, de M&A (fusões e aquisições). E ainda o contencioso, pois os tribunais "fecha-

## “ Não há experiência de uma situação desta gravidade

**Luis Cortes Martins**

Sócio principal da SLCM — Serra Lopes, Cortes Martins & Associados



ção, a actividade corria bem”, confirmou Luis Cortes Martins, para quem “a situação se vai alterar nos próximos meses”. Prevendo “um segundo trimestre (com a economia paralisada), pelo menos, muito difícil”, sublinha que “as áreas financeiras, de *corporate* já estão a retrair-se, como é natural, situação que se manterá pelo menos até se saber, com algum grau de certeza, quais são as perspectivas para o fim da crise”. Por outro lado, “em contrapartida, haverá, e já há sinais, de maior procura de apoio no direito laboral, na assessoria fiscal, nomeadamente com os clientes a procurarem descodificar a nova legislação que está a ser produzida”.

Por tudo isto, o *partner* da SLCM prevê, até final do ano, “um aumento exponencial das áreas de contencioso, insolvências, reestruturações”. E transmite que aguarda pelo fim do ciclo para perceber “que oportunidades a crise vai criar, pois podem vir a acontecer consolidações em vários sectores da economia como resposta à crise”.

### Despedimentos?

Não se sabe ao certo qual o nível de receitas anual dos três maiores gabinetes — MLGTS, VdA e PLMJ —, apenas que facturaram centenas de milhões de euros. Se os números apontados num relatório do Iberian Lawyer (que colocou, em 2017, as três firmas, com 167 milhões de euros de receitas) forem verdadeiros, e acreditando que a facturação aumenta todos os anos acima de 10% (como tem sido referido), então em 2019 o bolo terá subido para mais de 200 milhões.

Como nenhuma das três sociedades divulga as suas contas, não se sabe ao certo. Apenas a Abreu, à frente do patamar do ranking intermédio, informou que, em 2018, facturou 25 milhões.

O que é do conhecimento geral é a dimensão do universo dos seus recursos humanos, pautado por uma enorme mobilidade, tal como referido pelo PÚBLICO no domingo. Entre sócios, advogados, estagiários e equipas de apoio aos serviços, as quatro maiores sociedades de base nacional, a VdA, a MLGTS, a PLMJ e a Abreu, no início deste ano, “empregavam” 1600 pessoas, das quais 1100 eram advogados (duplicando o número de 2005). E a rubrica de custos traduz este peso de recursos humanos, pois

mais de 50% diz respeito aos encargos com pessoal, seguido do imobiliário (rendas, luz, água, telecomunicações) e dos investimentos em meios tecnológicos e de segurança, fatia com tendência para aumentar.

Ganhar escala e cortar redundâncias são objectivos habituais de qualquer empresa. E por definição qualquer deles implica despedimentos. “Para já, a gestão da tesouraria é o aspecto crucial, porque não sabemos quanto tempo de paragem temos pela frente e há que garantir *cash* [liquidez] para sobreviver a esta fase”, assegura Vieira de Almeida, à frente da maior sociedade empregadora, e para quem “esta crise tem potencial para ser um *game changer*”

com pessoal e com as remunerações dos sócios que, às vezes, são mesmo muito altas.” Esclarece ainda que para manterem a motor oleado os grandes gabinetes “precisam de alimentar as aspirações dos advogados que querem chegar a sócios e dos estagiários que querem subir de posto”. “Não é fácil.”

E acabou a confessar: “Espero não estar a ser pessimista, mas, se a recessão for mais forte do que a anterior, um dia destes podemos assistir ao que eu vi acontecer na *City* londrina, onde, depois do colapso financeiro de 2008, milhares de desempregados de fato e gravata passeavam nas ruas.” E alguns dos desocupados que por ali circulavam eram advogados.

# 167

**milhões de euros foi a facturação das três maiores firmas de advogados — MLGTS, VdA e PLMJ — em 2017. Valor terá sido de 200 milhões em 2019**

# 1600

**pessoas, das quais 1100 advogados, estavam empregadas nas quatro maiores (a VdA, a MLGTS, a PLMJ e a Abreu) no início deste ano**

[mudar o jogo] e, “dependendo da duração da recessão, pode levar a uma reconfiguração do mercado”.

Em ciclos de retracção da actividade acentuados, de menos trabalho, os ganhos de escala às vezes ficam para trás, a excepção são movimentos envolvendo a integração nas grandes sociedades de firmas “de nicho” de mercado.

Em resposta à pandemia, há gabinetes a congelarem novas contratações de advogados e a suspenderem as de estagiários. Um dos *partners* de um escritório internacional, que pediu para não ser identificado, explicou: “Nos últimos anos montaram-se em Portugal, que é um pequeno mercado, estruturas complexas e pesadas e para continuarem a operar são obrigadas a ter muitos altos de rentabilidade. Em momentos de crise são levadas a reduzir encargos

### Teletrabalho é o futuro?

Um dos efeitos da crise devida à covid-19 foi mandar toda a gente para casa em regime de comunicação telemática e de teletrabalho.

“Se a recessão for pior do que a que se seguiu à crise da dívida pública, não haverá apenas despedimentos e cortes de salários, as firmas serão encorajadas a colocar em permanência parte dos seus trabalhadores em regime de teletrabalho”, acrescentou este advogado que preferiu não dar o nome. Neste contexto, poderá haver tendência para “recorrer à ferramenta da inteligência artificial, nas operações que implicam muito capital humano, o que vai permitir reduzir o custo da hora cobrada ao cliente”. E adiantou ainda: “Sei que há firmas que estão a medir a produtividade dos trabalhadores que mandaram para casa, para dali extrair orientações para o futuro.” E desconta no modelo o factor “distracção filhos”? “Espero que sim”, respondeu, rindo-se.

“Não valorizo excessivamente essa discussão, que, aliás, já estava em cima da mesa há muito tempo”, refere Vieira de Almeida. “É claro que haverá maior abertura para o teletrabalho, mas, pelo que tenho lido, e pela experiência lá fora, o teletrabalho não é uma solução mágica, nem substitui completamente os modelos tradicionais.” E concluiu: “Em escritórios muito integrados como o nosso [VdA], em que a cultura é de permanente partilha e assente em confiança a colaboração, a proximidade é um factor crucial.”

ram”, só abrindo para os casos urgentes. Os clientes bloquearam igualmente as frentes de conflitos projectadas. Em contrapartida, os departamentos laboral (despedimentos, *layoff*), de reestruturações, das insolvências e o de direito fiscal voltaram a registar uma forte actividade, tal como durante a crise da dívida pública.

“No primeiro trimestre [o sector] ainda vai registar uma boa factura-

**Departamentos laboral, de reestruturações, das insolvências e o de direito fiscal voltaram a registar uma forte actividade**